



pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.10 - A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação, conforme o caso.

#### 5.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.6.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, registrado no órgão competente, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

5.6.2 - Certidão negativa de falência ou concordata/recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.6.3 - Capital social ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.6.4 - A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital.

5.6.4.1 - Os índices que comprovarão a boa situação da licitante serão os seguintes:

5.6.4.1.1 - Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1,0.

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{AC} + \text{RPL}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde: AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

RPL é o Realizável a Longo Prazo

ELP é o Exigível a Longo Prazo

5.6.4.1.2 - Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0.

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde: AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

5.6.4.1.3 - Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,50.

$$\text{Índice de Endividamento Geral (EG)} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{AT}}$$

Onde: PC é o Passivo Circulante

ELP é o Exigível a Longo Prazo

AT é o Ativo Total

#### 5.7 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

##### 5.7.1 - RELATIVA À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

5.7.1.1 - Certidão de registro da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em que conste no quadro de responsável técnico pelo menos um técnico profissional de nível superior habilitado devidamente reconhecido pela entidade competente, e ainda um técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia elétrica.

5.7.1.2 - Apresentar certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "contratada", demonstrando que a empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado (CONSTRUÇÃO DE PRAÇA), atinentes às respectivas parcelas de maior relevância:

5.7.1.2.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:







a) PARA O ITEM 01 (PRAÇA DA LOCALIDADE DE TANQUES):

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA					
Item	Código	Descrição dos Serviços	Quantidade Total	Quantidade Atestado 50%	Curva ABC
4.2.2	C4729	CERCA/GRADIL NYLOFOR	68,47 M	34,23 M	A
5.4.2	C0554	CABO EM PVC 1000V	873,29M	436,64 M	A
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED	20 UNID	10 UNID	A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR	8 UNID	4 UNID	A
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	1.136,96 M <sup>2</sup>	568,48 M <sup>2</sup>	A
6.2.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO	28,29 M <sup>3</sup>	14,14 M <sup>3</sup>	A

b) PARA O ITEM 02 (PRAÇA DO DISTRITO DE QUEIMADAS):

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA					
Item	Código	Descrição dos Serviços	Quantidade Total	Quantidade Atestado 50%	Curva ABC
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED	17 UNID	8 UNID	A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR	12 UNID	6 UNID	A
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	1.493,76 M <sup>2</sup>	746,88 M <sup>2</sup>	A
6.2.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO	58,07 M <sup>3</sup>	29,03 M <sup>3</sup>	A
7.1.1	CPMH16	ALAMBRADO COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO	196,58 M <sup>2</sup>	98,29 M <sup>2</sup>	A
9.1.3	CPMH03	PERGOLADO EM MADEIRA ROLIÇA	2,00 UNID	1,00 UNID	A

c) PARA O ITEM 03 (PRAÇA DO BAIRRO PLANALTO DA GALILEIA):

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA					
Item	Código	Descrição dos Serviços	Quantidade Total	Quantidade Atestado 50%	Curva ABC
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED	29 UNID	14 UNID	A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR	18 UNID	9 UNID	A
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	1.416,08M <sup>2</sup>	708,04 M <sup>2</sup>	A
7.1.1	CPMH16	ALAMBRADO COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO	196,58 M <sup>2</sup>	98,29 M <sup>2</sup>	A
9.1.3	CPMH03	PERGOLADO EM MADEIRA ROLIÇA	5,00 UNID	2,00 UNID	A

5.7.2 - RELATIVA À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

5.7.2.1 - Apresentar comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista no preâmbulo do Edital, profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, e ainda profissional de nível superior na área de engenharia elétrica, detentores de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de acervo com registro de atestado, que comprovem terem os profissionais executado serviços de engenharia de características técnicas similares as do objeto licitado (CONSTRUÇÃO DE PRAÇA), atinentes às respectivas parcelas de maior relevância.

5.7.2.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:

a) PARA O ITEM 01 (PRAÇA DA LOCALIDADE DE TANQUES):





PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA				
Item	Código	Descrição dos Serviços	Profissional	Curva ABC
4.2.2	C4729	CERCA/GRADIL NYLOFOR	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.	A
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO		A
6.2.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO		A
5.4.2	C0554	CABO EM PVC 1000V	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia elétrica devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.	A
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED		A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR		A

**b) PARA O ITEM 02 (PRAÇA DO DISTRITO DE QUEIMADAS):**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA				
Item	Código	Descrição dos Serviços	Profissional	Curva ABC
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.	A
6.2.3	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO		A
7.1.1	CPMH16	ALAMBRADO COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO		A
9.1.3	CPMH03	PERGOLADO EM MADEIRA ROLIÇA	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia elétrica devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.	A
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED		A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR		A

**c) PARA O ITEM 03 (PRAÇA DO BAIRRO PLANALTO DA GALILEIA):**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA				
Item	Código	Descrição dos Serviços	Profissional	Curva ABC
6.2.2	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.	A
7.1.1	CPMH16	ALAMBRADO COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO		A
9.1.3	CPMH03	PERGOLADO EM MADEIRA ROLIÇA		A
5.7.1	CPMH10	LUMINÁRIA COM TECNOLOGIA LED	Responsável técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia elétrica devidamente reconhecido pela entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.	A
5.8.1	C5033	POSTE DE CONCRETO-CIRCULAR		A





5.7.2.3 - Entende-se, para fins do edital, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor ou responsável técnico.

5.7.2.3.1 - A comprovação de vinculação dos dois profissionais ao quadro permanente da licitante será feita:

a) Para sócio, mediante a apresentação do contrato social e aditivos.

b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.

c) Para responsável técnico, mediante apresentação de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada ou de Contrato de Prestação de Serviços conforme o Código Civil Brasileiro.

5.7.2.4 - Com base no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Horizonte, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável (is) técnico(s) detentor (es) dos atestados com o licitante.

5.7.2.5 - O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) participar permanentemente dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela contratante, e constar obrigatoriamente:

a) na Certidão de registro da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

b) no atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante na capacitação técnico-profissional.

#### **5.8 - OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

5.8.1 - Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

5.8.2 - Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;

5.8.3 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

5.9 - Os licitantes que apresentarem documentos de habilitação em desacordo com as descrições anteriores serão eliminados e não participarão da fase subsequente do processo licitatório.

5.10 - Todos os documentos necessários à participação na presente fase deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente, publicação em Órgão Oficial ou autenticada pela Comissão Permanente de Licitação mediante apresentação dos originais.

5.10.1 - A documentação apresentada integrará os autos do processo e não será devolvida.

5.10.2 - Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis.

5.10.3 - Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

5.11 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.12. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.13 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

5.14 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, a CPL poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.

5.15 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à CPL nas condições de autenticação exigidas por este edital, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.





- 5.16 - Os documentos de habilitação exigidos, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superiores a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da presente licitação.
- 5.17 - Os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, sob pena de serem desconsiderados pela Comissão Permanente de Licitação.
- 5.18 - Somente será aceito o documento acondicionado no envelope "A", não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo em documento entregue à CPL.
- 5.19 - A CPL poderá, também, para analisar os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada, poderá ainda a CPL suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.
- 5.20 - A solicitação feita durante a sessão de habilitação deverá ser registrada em Ata.

**6 - PROPOSTA DE PREÇO:**

6.1- As propostas de preços deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, em envelope fechado, lacrado e opaco, juntamente com o envelope de documentação, rubricado no fecho, contendo na parte externa o seguinte sobrescrito:

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº \_\_\_\_\_**  
**ENVELOPE "B" - PROPOSTA COMERCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL:**

6.2 - As propostas de preços deverão ser confeccionadas a máquina, impressão, ou a letra de fôrma, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datadas, assinadas e com o carimbo dos responsáveis legais da empresa e dos dois responsáveis técnicos da licitante (Responsável técnico profissional de nível superior habilitado e Responsável técnico profissional de nível superior habilitado na área de engenharia elétrica), rubricadas todas as vias.

6.2.1 - Na proposta de preços deverá constar os seguintes dados:

a) Serviços a serem executados, iguais ao objeto desta licitação, com **PREÇO POR ITEM** (entenda cada item deste projeto como uma obra, totalizando três praças, conforme projeto de engenharia individual por praça, nos termos abaixo especificados) por quanto a licitante se compromete a executar os serviços objeto desta Licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso, conforme especificado abaixo:

ITEM	OBRA	VALOR TOTAL RS
1.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DA LOCALIDADE DE TANQUES, LOCALIZADA NA AV. SAGRADA FAMÍLIA, S/N, TANQUES, HORIZONTE-CE.	
2.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DO DISTRITO DE QUEIMADAS, LOCALIZADA NA RUA MARIA JOSE NOGUEIRA, S/N, QUEIMADAS, HORIZONTE-CE.	
3.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DO BAIRRO PLANALTO DA GALILEIA, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ NARCÉLIO DE SOUSA, HORIZONTE-CE.	

b) Prazo de validade da proposta, que será de, 90 (noventa) dias.

c) **PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** Para cada praça um prazo de execução, contados do recebimento da ordem de serviços, iniciando no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviços, conforme cronograma físico financeiro individual, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57 da Lei Nº 8.666/93, conforme a seguir especificado:

ITEM	OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO
------	------	-------------------





ITEM	OBRA	PRAZO DE EXECUÇÃO
1.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DA LOCALIDADE DE TANQUES, LOCALIZADA NA AV. SAGRADA FAMÍLIA, S/N, TANQUES, HORIZONTE-CE.	120 (cento e vinte) DIAS
2.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DO DISTRITO DE QUEIMADAS, LOCALIZADA NA RUA MARIA JOSE NOGUEIRA, S/N, QUEIMADAS, HORIZONTE-CE.	150 (cento e cinquenta) DIAS
3.	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DO BAIRRO PLANALTO DA GALILEIA, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ NARCÉLIO DE SOUSA, HORIZONTE-CE.	150 (cento e cinquenta) DIAS

6.2.2 - Orçamentos detalhados, contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço global do orçamento, assinado pelo responsável legal da empresa e pelos dois responsáveis técnicos, tudo conforme Projeto de Engenharia, sob pena de desclassificação.

6.2.2.1 - No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Orçamento da Prefeitura Municipal de HORIZONTE para o item.

6.3 - Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$);

6.4 - Os preços constantes do orçamento da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

6.5 - Na elaboração da Proposta de Preços, o licitante deverá observar as seguintes condições: os preços unitários propostos para cada item da planilha orçamentária deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, custo horário de utilização de equipamentos, mão de obra, encargos sociais, impostos, taxas, despesas administrativas, transportes, seguro, lucro e quaisquer outros custos incidentes direta ou indiretamente sobre a execução dos serviços.

6.5.1 - Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta de preços.

6.6 - Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem valor global superior ao definido no Projeto Básico de Engenharia (valor global do Orçamento Básico/Referência);
- apresentarem preços unitários superiores aos definidos no Projeto Básico de Engenharia (preços unitários do Orçamento Básico/Referência);
- apresentarem condições ilegais, omissões, erros, divergências ou conflitos com as exigências do Edital, bem como do Projeto Básico de Engenharia;
- apresentarem proposta em função da oferta de outro competidor na licitação;
- apresentarem preços unitários inexistentes, simbólicos ou irrisórios, havido assim como aqueles incompatíveis com os preços praticados no mercado, conforme Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- preços unitários e/ou globais inexequíveis na forma do Art. 48 da Lei das Licitações;
- apresentarem quantitativos divergentes dos constantes na Planilha do Orçamento Básico/Referência do Projeto Básico de Engenharia;
- deixarem de apresentar, nos termos do Projeto Básico de Engenharia, qualquer um dos seguintes documentos: orçamento sintético, composições de custos unitários (inclusive as auxiliares), composição do BDI, composição dos encargos sociais e cronograma físico-financeiro;
- apresentarem propostas que não atendam ao item 06 deste projeto básico.

7 - **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial do município, podendo ser prorrogado nos prazos do art. 57, da Lei 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, se da conveniência para a administração pública, devendo a prorrogação ser motivada e processada nos ditames do mesmo Estatuto.







### 8 - REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL:

8.1 - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no índice utilizado para construção civil previsto pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou repactuação do preço do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta de preços ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

8.2 - O pedido de repactuação deverá ser instruído com planilha demonstrativa dos aumentos dos custos originais, próprios e exclusivos da execução contratual e mediante negociação entre as partes.

8.3 - No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I<sub>0</sub> = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual do contrato.

OBSERVAÇÃO: O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

**9 - PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços conforme projeto básico, após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto da execução dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária da Contratada.

**10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos recursos oriundos do orçamento vigente da PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, através da Secretaria de Infraestrutura Urbanismo Agropecuária e Recursos Hídricos, na seguinte Dotação Orçamentária: 17.01; Ação: 15.451.0007; Projeto Atividade: 1.046; Fonte: 1500000000; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.

### 11 - FISCAL DO CONTRATO/OBRA:

11.1 - A Fiscalização do Contrato será exercida pelo servidor **Washington Luís Soares dos Santos**, especialmente designado pelo Ordenador de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

11.2 - A Fiscalização da Execução da Obra será exercida por servidor especialmente designado pelo Ordenador de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

### 12 - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

12.1 - As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada:

12.2 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) executar os serviços no prazo máximo fixado no instrumento convocatório e neste instrumento, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, Edital e demais anexos; proposta, cronograma físico-financeiro e orçamento adjudicados, tudo parte integrante deste instrumento independente de transcrição, bem ainda as normas técnicas vigentes, nos locais determinados pela Secretaria Contratante, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive licenças dos órgãos oficiais ou com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:
- reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de natureza;





- responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
  - manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da contratada deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
  - aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no artigo 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.
  - b) responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei n.º 9.605, publicada no D.O.U de 13/02/98;
  - c) responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
  - d) responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
  - e) registrar o Contrato decorrente desta licitação no Conselho Regional Competente, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento.
  - f) recrutar profissionais habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos mesmos, contendo identidade e atribuição/especificação técnica.
  - g) pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE;
  - h) disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.
- 12.3 - É de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada o recolhimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, tarifas e outros emolumentos que se fizerem necessários à execução do serviço. A Contratante se reserva o amplo direito de exigir da contratada tais documentos devidamente quitados para melhor desempenho e eficácia dos contratos consumados.
- 12.4 - No caso de constatação da inadequação dos serviços às normas e exigências especificadas no Edital, no contrato, nos Projetos Básico e Executivo e na Proposta da Contratada, o Contratante os recusará, devendo ser de imediato adequados às supracitadas condições.
- 12.5 - A Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia numa das modalidades abaixo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores:
- a) Caução em dinheiro;
  - b) Seguro-garantia;
  - c) Fiança bancária;
  - d) Títulos da Dívida Pública, atendidos os requisitos anteriormente fixados.
- 12.5.1 - O prazo estabelecido no caput deste subitem poderá ser prorrogável por igual período, a critério da contratante;
- 12.5.2 - A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.
- 12.5.3 - A liberação ou a restituição da garantia será realizada após a execução da prestação a que se refere o instrumento contratual, nos termos do parágrafo 4º do artigo 56 do citado diploma legal;
- 12.5.4 - Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro junto ao MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE, em conta específica, a mesma será devolvida monetariamente, nos termos do parágrafo 4º Artigo 56 da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;





**PREFEITURA DE  
HORIZONTE**  
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



12.5.5 - A garantia prestada pelo(s) licitante(s) vencedor(es) somente será liberada depois de certificado, pelo MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE, desde que o objeto contratado tenha sido totalmente realizado a contento;

12.5.6 - A liberação da garantia será procedida no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pelo(s) contratado(s).

12.6 - A **CONTRATANTE** obriga-se a:

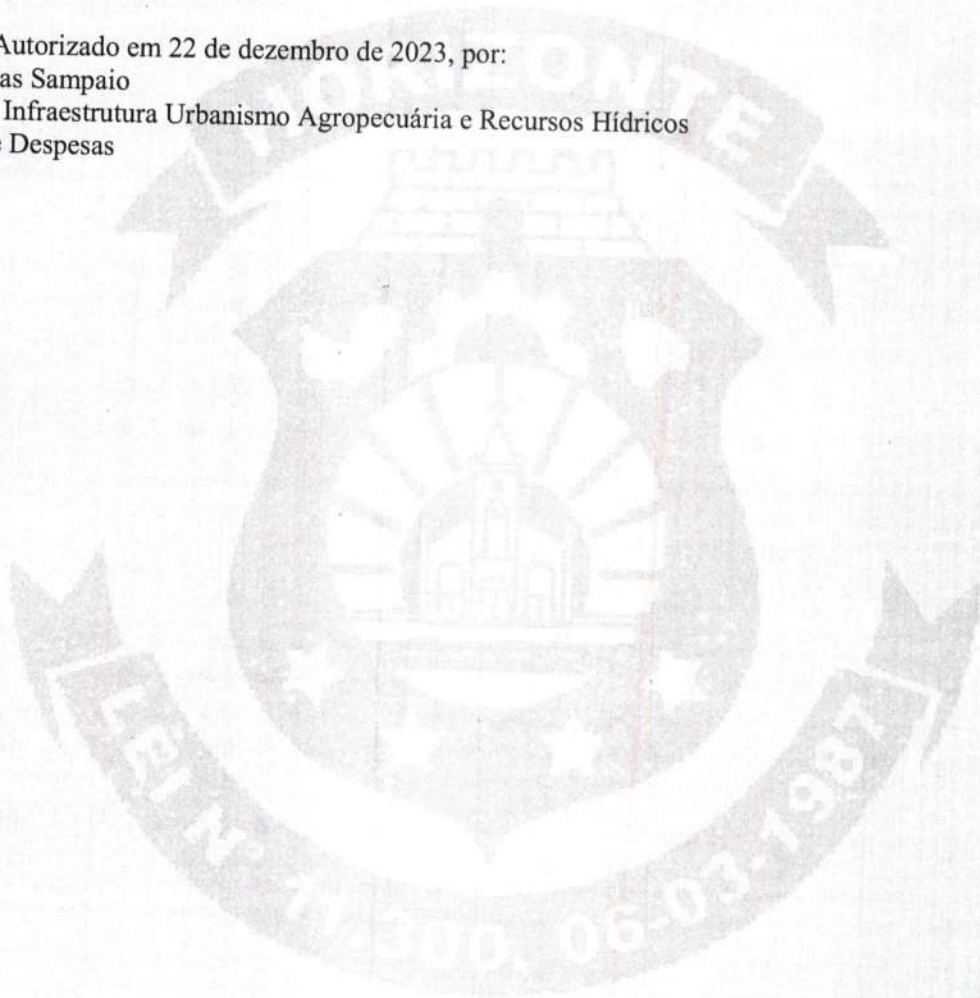
- a) assegurar o livre acesso da **CONTRATADA** e de seus técnicos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizerem necessárias os serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;
- b) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.
- c) executar a fiscalização dos serviços.

Elaborado e Autorizado em 22 de dezembro de 2023, por:

Ricardo Dantas Sampaio

Secretário de Infraestrutura Urbanismo Agropecuária e Recursos Hídricos

Ordenador de Despesas



e/





**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



**ANEXO I**  
**PROJETO**  
**DE ENGENHARIA**

**ITEM/OBRA 01: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ENTORNO DA ARENINHA TIPO II DA LOCALIDADE DE TANQUES, LOCALIZADA NA AV. SAGRADA FAMÍLIA, S/N, TANQUES, HORIZONTE-CE.**

